



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Bebiana Cunha
Carla Borges
Carlos Peixoto
Eurídice Pereira
Fernando Paulo Ferreira
Fernando Ruas
Filipe Pacheco
Isaura Morais
Joana Mortágua
Jorge Paulo Oliveira
José Cancela Moura
José Maria Cardoso
Luís Moreira Testa
Márcia Passos
Maria da Luz Rosinha
Maria Germana Rocha
Palmira Maciel
Paula Santos
Pedro Sousa
Raul Miguel Castro
Alberto Machado
Alexandra Tavares de Moura
Carla Barros
Fernando José
Luís Soares
Maria Gabriela Fonseca
Vera Braz

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

João Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Meireles
João Cotrim de Figueiredo



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

O PRESIDENTE

(FERNANDO RUAS)



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

legislativas, que ainda não terminaram, verificando-se que o do último projeto de lei termina a 17 de julho.

- 6. Apreciação e votação do Relatório final da Petição n.º 648/XIV/1.ª - Integração, integridade e igualdade (na integração como técnica superior de uma autarquia local), da iniciativa de Helena Margarida Pires Pinheiro**
Deputado relator: Fernando José (PS);

O Senhor Deputado Fernando José (PS) apresentou de forma sucinta o relatório final da Petição n.º 648/XIV/1.ª, que, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do IL.

7. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou ter sido avisado pelo Grupo Parlamentar do PS que tinha entrado o Projeto de Lei n.º 456/XIV/1.ª, que Alarga o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, procedendo à 5.ª alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que iria baixar em breve e cuja discussão na generalidade, em Plenário, iria ocorrer a 9 de julho, e relativamente ao qual era necessário pedir com urgência parecer à ANMP e à ANAFRE.

Recordou igualmente informou que, em virtude da marcação de uma sessão plenária para dia 7 de julho, terça-feira, a 4.ª audição regimental da Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública não poderia ocorrer nessa data, aguardando-se a confirmação da disponibilidade daquele Membro do Governo para nova data.

A reunião foi gravada em suporte [áudio](#), que faz parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento.

A reunião foi encerrada às 15:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 julho 2020.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

forma a garantir uma mais justa transição para a categoria de enfermeiro especialista por parte de enfermeiros que desempenharam ou desempenham funções de direção ou chefia»; 407/XIV/1.ª (PCP) - «Dignificação da carreira de enfermagem (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro)» e 447/XIV/1.ª (CDS-PP) - «Altera o regime da carreira especial de enfermagem, bem como o regime da carreira de enfermagem nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde (3ª alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro e 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro)», que em 19 de junho baixaram por 30 dias, sem votação, à 13.ª Comissão.

4. **Deliberação sobre a metodologia a adotar relativamente aos Projetos de Lei n.ºs 403/XIV/1.ª (BE) - «Altera o regime da carreira especial de enfermagem, de forma a garantir posicionamentos remuneratórios e progressões de carreira mais justos e condizentes com o reconhecimento que os profissionais de enfermagem merecem» e 406/XIV/1.ª (PCP) - «Consideração de todos os pontos para efeitos de descongelamento das carreiras», que em 19 de junho baixaram por 30 dias, sem votação, à 13.ª Comissão.**
5. **Deliberação sobre a metodologia a adotar relativamente à baixa sem votação, por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 516/XIV/1.ª (PAN) - Pela valorização e dignificação dos enfermeiros em Portugal;**

Relativamente aos pontos 3, 4 e 5, intervieram os Deputados Carlos Peixoto (PSD), Maria da Luz Rosinha (PS), Joana Mortágua (BE), Bebiana Cunha (PAN), via Skype, e Paula Santos (PCP), tendo sido deliberado proceder à criação de um grupo de trabalho, cuja coordenação compete ao GP do PSD. Para o integrarem, foram desde logo indicados os Senhores Deputados Alexandra Tavares de Moura (PS), Moisés Ferreira (BE), Paula Santos (PCP) e Bebiana Cunha (PAN).¹

Foi igualmente deliberado começar a trabalhar o quanto antes possível, para estabelecimento da respetiva metodologia, eventualmente com a realização de audições, e tendo presentes os prazos de consulta pública de todas as iniciativas

¹ O Grupo Parlamentar do PSD indicou posteriormente os Senhores Deputados Alberto Machado (que o irá coordenar) e Márcia Passos.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

- 5. Deliberação sobre a metodologia a adotar relativamente à baixa sem votação, por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 516/XIV/1.ª (PAN) - Pela valorização e dignificação dos enfermeiros em Portugal;**
- 6. Apreciação e votação do Relatório final da Petição n.º 648/XIV/1.ª - Integração, integridade e igualdade (na integração como técnica superior de uma autarquia local), da iniciativa de Helena Margarida Pires Pinheiro
Deputado relator: Fernando José (PS);**
- 7. Outros assuntos.**

1. Informações.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Ruas (PSD), que presidiu à reunião, começou por comentar as conclusões do parecer solicitado à 1.ª Comissão a respeito da interpretação do n.º 2 do artigo 137.º do Regimento da Assembleia da República, ainda não remetido formalmente pelo Senhor Presidente da Assembleia da República, no qual o Senhor Deputado autor do parecer, Pedro Delgado Alves (PS), conclui que «(...) podem os Deputados ou Grupos Parlamentares requerer a votação em separado de cada uma das partes (...) não pode resultar da votação referida (...) uma amputação completa de nenhum desses elementos obrigatórios, pelo que a rejeição da totalidade dos considerandos ou da totalidade das conclusões determinará a rejeição do parecer e a sua redistribuição a outro relator ou a não emissão de parecer pela Comissão».

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 31, 32 e 33, relativas às reuniões de 16, 18 e 23 de junho de 2020;

Submetidas à votação, foram as atas n.ºs 31, 32 e 33, relativas às reuniões de 16, 18 e 23 de junho de 2020, aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do IL.

3. Deliberação sobre a metodologia a adotar relativamente aos Projetos de Lei n.ºs 405/XIV/1.ª (BE) - «Altera o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, de



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

Aos 30 dias do mês de junho de 2020, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Informações;**
- 2. Apreciação e votação das atas n.ºs 31, 32 e 33, relativas às reuniões de 16, 18 e 23 de junho de 2020;**
- 3. Deliberação sobre a metodologia a adotar relativamente aos Projetos de Lei n.ºs 405/XIV/1.ª (BE) - «Altera o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, de forma a garantir uma mais justa transição para a categoria de enfermeiro especialista por parte de enfermeiros que desempenharam ou desempenham funções de direção ou chefia»; 407/XIV/1.ª (PCP) - «Dignificação da carreira de enfermagem (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro)» e 447/XIV/1.ª (CDS-PP) - «Altera o regime da carreira especial de enfermagem, bem como o regime da carreira de enfermagem nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde (3ª alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro e 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro)», que em 19 de junho baixaram por 30 dias, sem votação, à 13.ª Comissão.**
- 4. Deliberação sobre a metodologia a adotar relativamente aos Projetos de Lei n.ºs 403/XIV/1.ª (BE) - «Altera o regime da carreira especial de enfermagem, de forma a garantir posicionamentos remuneratórios e progressões de carreira mais justos e condizentes com o reconhecimento que os profissionais de enfermagem merecem» e 406/XIV/1.ª (PCP) - «Consideração de todos os pontos para efeitos de descongelamento das carreiras», que em 19 de junho baixaram por 30 dias, sem votação, à 13.ª Comissão.**